



A LIBERDADE EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A FILOSOFIA CLÁSSICA E O BEHAVIORISMO DE SKINNER

Estér de Souza Batista Corrêa¹, Yana Carla Santos Fonseca², Gênesis Guimarães Soares³

1 Centro Universitário de Excelência Unex/ Graduanda; Universidade Estadual de Santa Cruz/Graduanda, esbcorrea.elet@uesc.br

2 Centro Universitário de Excelência Unex/Graduanda, yanacarlaf.05@gmail.com

3 Centro Universitário de Excelência Unex/Docente, genesis.soares@ftc.edu.br

Resumo: Este trabalho faz uma comparação sobre o conceito de liberdade em B. F. Skinner e em pensadores como Aristóteles, Tomás de Aquino, Descartes e Sartre. Com a metodologia do tipo estado da arte, aponta como a ciência do comportamento redefine a liberdade enquanto fenômeno condicionado por variáveis ambientais. Em contraste com visões filosóficas tradicionais, Skinner apontou que o sentimento de liberdade decorre do desconhecimento das contingências e que o autoconhecimento é essencial para sua efetiva compreensão e alcance.

Palavras-chave: Liberdade, behaviorismo, autoconhecimento, controle ambiental.

1. Introdução

A liberdade, segundo o Dicionário Aurélio (2000), é o direito de agir segundo a própria vontade, desde que respeitando os limites legais e os direitos alheios. No entanto, esse conceito aparentemente simples carrega implicações profundas sobre o comportamento humano, suas motivações e sua relação com o meio social. Filósofos como Aristóteles já compreendiam a liberdade como uma forma de autodeterminação racional dentro de um contexto legal e ético. Já no pensamento medieval, a liberdade era associada ao livre-arbítrio, enraizado no teocentrismo e na crença em um Bem Supremo (Ferreira, 2013).

É neste cenário que se insere a análise proposta por Skinner, que rompe com a visão clássica da liberdade como autodeterminação interna e a redefine a partir de uma perspectiva científica e comportamental. Para o autor, a noção de liberdade está



vinculada ao desconhecimento das variáveis que controlam o comportamento. Ao compreender essas variáveis, que são externas ao indivíduo, como o ambiente e o histórico de reforçamento, Skinner propõe uma nova visão, na qual a "liberdade" se torna uma questão de modificação e controle das condições ambientais, e não de livre-arbítrio ou espontaneidade (Skinner, 1993).

Por isso, há uma importância de compreender como a ciência do comportamento interpreta conceitos tradicionalmente filosóficos, contribuindo para um olhar mais empírico e pragmático sobre a ação humana. Assim, este trabalho propõe uma comparação sobre o conceito de liberdade na perspectiva de Skinner, com os autores clássicos como Aristóteles, Tomás de Aquino, René Descartes e Jean-Paul Sartre, com o intuito de estabelecer um pano de fundo teórico que evidencie a complexidade e a pluralidade de entendimentos sobre esse conceito.

2. Metodologia

Para a composição deste estudo, foi realizada uma análise bibliográfica com base em autores clássicos como Aristóteles, Tomás de Aquino, René Descartes e Jean-Paul Sartre, cujas obras foram examinadas à luz de seus respectivos contextos históricos e filosóficos. Em paralelo, foram utilizados textos fundamentais de B. F. Skinner, como "Ciência e comportamento humano" (1993) e "Para além da liberdade e da dignidade" (2000).

A análise comparativa entre as diferentes visões de liberdade foi estruturada de forma a destacar convergências, divergências e implicações práticas para a compreensão do comportamento humano. Com isso, busca-se não apenas resgatar os significados históricos do termo "liberdade", mas também evidenciar como a perspectiva behaviorista oferece um olhar alternativo e cientificamente fundamentado



sobre o tema.

4. Liberdade ao longo da história

Devido ao seu atravessamento semântico, a liberdade, ao longo da história, tem despertado debates entre filósofos de distintas épocas. Para Aristóteles, por exemplo, “é livre não aquele que vive sem leis ou contra a lei, mas aquele que vive de acordo com as leis que ele mesmo elaborou, ou às quais dá seu assentimento livre” (Farias, 1995, p. 173). Esta concepção, típica do Período Clássico, está profundamente atrelada à ideia de cidadania e participação política, o oposto à condição dos escravizados, que eram privados de razão política e autonomia, logo de liberdade.

Já no Período Medieval, a liberdade toma outro rumo e passa a ser reinterpretada sob a ótica do teocentrismo com Tomás de Aquino associando o livre-arbítrio ao Bem Supremo, ou seja, Deus. Para ele, apenas Deus é verdadeiramente livre, sendo o ser humano dotado de liberdade apenas na medida em que segue os caminhos traçados pela divindade (Aquino, 1947, p. 316–318), assim, a liberdade humana estaria condicionada ao cumprimento de uma ordem moral e religiosa superior.

Logo após, no Período Moderno, houve uma transição para uma visão antropocêntrica com René Descartes (1596–1650), que concebe a liberdade como o ato de querer de tal forma que nada externo possa impedir a vontade de escolher o contrário, então para ele, “... é o ato de querer de tal modo que não sentimos que algo nos impede de querer exatamente ao contrário” (Beyssade 1972, p. 99). O filósofo sustenta que a liberdade é espontânea e irresistível ao intelecto, sendo seu mau uso fruto de uma percepção obscurecida da verdade (Cottingham, 1986, p. 205).

Avançando a pesquisa para o século XX, Jean-Paul Sartre (1905–1980) traz uma visão radical da noção de liberdade ao afirmar que o ser humano está “condenado a ser livre”, isto é, não pode escapar da responsabilidade de escolher,



para ele, não há normas absolutas ou valores prévios que determinem o que deve ser feito: o indivíduo é, portanto, inteiramente responsável por seus atos e, por meio deles, constrói sua própria essência.

Em contraposição a essas visões filosóficas que atribuem a liberdade à razão, à vontade divina ou à autodeterminação existencial, B. F. Skinner (1982), propõe uma abordagem pragmática e empírica. Ele traz que a liberdade não é uma condição inata nem uma expressão da alma ou da razão, mas é um sentimento que emerge quando o indivíduo não reconhece as variáveis externas que controlam seu comportamento. Portanto, o sujeito compreende a liberdade como uma consequência de não conhecer os processos de reforço e punição aos quais o sujeito está submetido.

Na perspectiva skinneriana, sentir-se livre está mais relacionado à capacidade de esquiva e fuga de condições aversivas do que à autodeterminação consciente (Skinner, 1993). Então o sujeito se comporta de forma a evitar punições, e não em função de sua vontade consciente (Skinner, 1982). Assim, diferentemente de Sartre, que enfatiza a liberdade absoluta da escolha, Skinner sugere que nossas ações são moldadas por contingências ambientais e histórias de reforçamento.

Ainda segundo Skinner, o sentimento de liberdade só pode ser alcançado por meio do autoconhecimento, entendido como a capacidade de discriminar os próprios comportamentos e as variáveis que os controlam. O autor definiu a “consciência” como um conjunto de comportamentos encobertos, sobretudo verbais, que permitem ao indivíduo relatar suas próprias ações (Skinner, 1982). Weber (2003) complementa essa ideia ao afirmar que a autoconsciência está diretamente ligada à audiodescrição — relatar a si mesmo, e Rose (1982), por sua vez, argumenta que, com esforço, o indivíduo também pode descrever as variáveis externas que o controlam.

Skinner (1993) enfatiza ainda que esse processo de autoconhecimento não ocorre isoladamente: ele depende da interação com outros sujeitos. Conhecer o outro é, portanto, um caminho para conhecer a si mesmo (Skinner, 1982). Como observa



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

Batitucci (2001), o prefixo “auto” não implica isolamento, mas apenas que o objeto de estudo é o próprio sujeito, sem excluir a mediação social nesse processo.

Portanto, ao contrário das tradições filosóficas que concebem a liberdade como uma capacidade interna, espiritual ou racional, Skinner a redefine como uma condição funcional e observável, dependente da relação entre o comportamento e o ambiente. A liberdade, nesse sentido, deixa de ser um ideal metafísico para tornar-se um fenômeno mensurável e contextualizado, portanto, um aspecto comportamental.

5. Conclusão

Esta pesquisa permitiu observar como o conceito de liberdade evoluiu e se diversificou entre diferentes tradições filosóficas e científicas desde sua concepção como autodeterminação racional em Aristóteles, passando pelo vínculo teológico no pensamento de Tomás de Aquino, pela liberdade de espírito em Descartes e pela liberdade existencial radical em Sartre, nota-se que todas essas abordagens atribuem ao sujeito uma autonomia interna, seja racional, divina ou ontológica.

Contudo, a proposta de B. F. Skinner rompe com essa tradição ao deslocar a discussão da liberdade para o campo da análise do comportamento, porque para o autor, a sensação de liberdade não é um estado absoluto ou metafísico, mas uma resposta funcional ao desconhecimento das variáveis ambientais que moldam o comportamento. Nesse sentido, o autoconhecimento (entendido como a discriminação das contingências que controlam as ações), torna-se a chave para compreender a liberdade em sua dimensão prática e mensurável.

Ao evidenciar essa transição de uma liberdade concebida como valor filosófico para uma abordagem baseada em evidências e observações comportamentais, este estudo ressalta a importância de repensar o papel da liberdade no contexto das ciências humanas e que a contribuição de Skinner, assim, não nega a liberdade, mas a reformula como resultado de processos concretos e controláveis, abrindo espaço



para intervenções educativas, terapêuticas e sociais mais eficazes e realistas.

Referências

- AQUINO, T. D. **Suma Teológica**. Tradução de Alexandre Corrêa. São Paulo: Loyola, 1947.
- AURÉLIO, B. H. F. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BATITUCCI, E. G. B. O. **Comportamento verbal e autoconhecimento: contribuições para uma leitura behaviorista radical do self**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- BEYSSADE, J. **Descartes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- BRANDENBURG, O. J.; WEBER, L. N. D. **Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical**. *Psico-USF*, v. 10, n. 1, p. 87–92, 2005.
- COTTINGHAM, J. **Descartes**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- FARIAS, M. **A ética em Aristóteles**. São Paulo: Ática, 1995.
- FERREIRA, A. de O. **Liberdade e filosofia: da Antiguidade a Kant**. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- MAY, R. **A coragem de criar**. São Paulo: Centauro, 1987.
- ROSE, C. Awareness and Behavior: A Critique of the Concepts of Consciousness and Control in Psychology. **New York: Academic Press**, 1982.
- SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SILVA, A. M. V. B. **A concepção de liberdade em Sartre**. Vol. 6, nº1, UNESP, São Paulo, 2013.
- SKINNER, B. F. **Além da liberdade e da dignidade**. Tradução de Joaquim L. D. Peixoto. Lisboa: Edições 70, 2000.
- SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- WEBER, L. A questão do autoconhecimento na análise do comportamento verbal. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 57–64, 2003.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Compartilha Igual (CC BY-SA- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Grupo de Pesquisa Texto Livre	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:
					